



Nota Cetad/Coest nº 162, de 18 de outubro de 2023.

Interessado: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

Assunto: Estimativa de Impacto do REsp 1.961.065/CE – Alíquota zero de PIS/Cofins sobre as vendas, pelos varejistas, dos produtos referentes ao Programa de Inclusão Digital (Lei nº 11.196, de 2005), no período de 12/2015 a 12/2018.

Processo SEI: 10951.101017/2022-10 (e-Processo: 10265.074403/2022-51)

SUMÁRIO EXECUTIVO

A presente Nota Técnica tem por objetivo responder ao Ofício SEI nº 36666/2022/ME, de 09 de fevereiro de 2022, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, endereçado ao Sr. Secretário-Especial da Receita Federal do Brasil (Processo SEI nº 10951.101017/2022-10 e e-Processo nº 10265.074403/2022-51), no qual se solicita estimativa de impacto econômico-financeiro decorrente de eventual decisão contrária à União no REsp 1.961.065/CE.

ANÁLISE

2. Nesse REsp, questiona-se a legalidade da não concessão de alíquota zero de Contribuição para o PIS e de Cofins sobre as vendas, pelos varejistas, dos produtos referentes ao benefício fiscal previsto no Programa de Inclusão Digital, no período de 12/2015 a 12/2018, conforme entendimento dos arts. 28 e 29 da Lei nº 11.196, de 2005, do art. 9º da MP nº 690, de 2015 (convertida na Lei nº 13.241, de 2015), e da regulamentação e normatização de regência da matéria.

METODOLOGIA DE CÁLCULO

3. Com o objetivo de estimar a ordem de grandeza do impacto tributário decorrente de eventual decisão desfavorável à União no REsp em tela, foi desenvolvido o procedimento sintetizado

nos itens 4 e 5 a seguir:

4. Com fundamento em informações constantes na base de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) ref. compras para comercialização dos produtos de informática beneficiados, para os varejistas, com alíquota zero de PIS/Cofins no Programa de Inclusão Digital, instituído pela Lei nº 11.196, de 2005, realizadas de 12/2015 a 12/2018 (o período *sub judice* na lide em epígrafe), calcularam-se os montantes potenciais de obrigação de devolução de valores eventualmente pagos a maior ref. essas contribuições, nesse período, no caso de decisão desfavorável à União no REsp sob comento.

5. Então, com base em tais montantes, foi estimado o impacto tributário de eventual decisão judicial desfavorável à União que considere legal e autorize tais contribuintes varejistas a usufruírem do benefício de alíquota zero de PIS/Cofins sobre as vendas dos produtos supramencionados, no referido período, o que, a depender dos exatos termos da eventual decisão judicial em relação ao REsp em tela, se consubstanciaria em necessidade de devolução dos valores eventualmente pagos a maior nos períodos de apuração (PAs) citados (12/2015 a 12/2018).

IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

6. A metodologia descrita nos itens 4 e 5 resultou em impactos econômico-financeiros negativos estimados em valores da ordem de **R\$ 1,76 bilhão nos PAs de 12/2015 a 12/2018**, na situação disposta no item 3.

7. Importa ressaltar que, qualquer que seja a decisão judicial eventualmente desfavorável à União, seus efeitos seriam modulados para especificar, p. ex., períodos de apuração abrangidos, formas de ressarcimento e de correção aplicáveis ao caso, além de demais aspectos concernentes à sua aplicação concreta, fatores que não teríamos, no momento, como incluir com detalhes e precisão nas estimativas acima.

CONCLUSÃO

8. Concluindo, cabe enfatizar ainda que, em virtude de os cálculos acima não terem sido efetuados especificamente em relação aos contribuintes eventualmente atingidos no REsp em comento, e sim a partir de um conjunto deles que supostamente compartilharia situação tributável semelhante, os impactos econômico-financeiros estimados aqui apresentados não corresponderiam

aos valores precisos envolvidos na presente ação judicial, mas tão somente à ordem de grandeza dos valores potenciais totais que poderão vir a ser desembolsados pela União, em caso de eventual decisão desfavorável à União.

São essas as informações e considerações pertinentes submetidas à apreciação superior.

Assinado digitalmente
ANDRÉ LUIZ BARBOSA
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se ao Chefe do Cetad.

Assinado digitalmente
ROBERTO NAME RIBEIRO
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador da Coest

Aprovo a Nota. Encaminhe-se, conforme proposto, ao Gabin/RFB.

Assinado digitalmente
CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Chefe do Cetad